

## *As secas e as migrações entre o Ceará e o Território Amazônico (1845-1877)*<sup>1</sup>

Antonio Alexandre Isidio Cardoso<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A história da seca de 1877-79 tem sido analisada sobremaneira através do estudo das políticas públicas/migrações percebidas como desdobramentos da estiagem. No presente artigo buscar-se-á problematizar tal perspectiva inserindo na discussão o papel dos migrantes como agentes na constituição das mesmas políticas e na eleição dos seus destinos. Para tanto, iremos analisar alguns editoriais dos jornais *Cearense* e *Retirante*, ambos de Fortaleza, que abriam largo espaço sobre a candente questão das secas e suas supostas consequenciais no período em tela. Por fim, colocar-se-á em debate algumas questões teóricas concernentes a agencia dos migrantes à época, dialogando com algumas categorias trabalhadas por E. P. Thompson e Raymond Williams.

**Palavras-chave:** Seca, Migração, Migrantes, Agencia

### **ABSTRACT**

The history of 1877-79 drought has been greatly analyzed through the study of public policies / migration perceived as consequences of the same drought. In this article will be questioned this perspective based on a discussion of the role of migrants as agents in the constitution of the policies and also on election of their destinations. Therefore, we will discuss *Cearense* and *Retirante* newspapers, both published in Fortaleza, which opened wide space on the burning issue of drought and its alleged consequential in the period seen here. Finally, will be placed in debate some theoretical problems concerning the agency of migrants, dialoguing with some categories worked by E.P.Thompson and Raymond Williams.

**Keywords:** Drought, Migration, Migrants, Agency

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 01 de dezembro de 2014 e aprovado em 15 de dezembro de 2014.

O presente artigo foi retirado de algumas ideias trabalhadas na dissertação de minha autoria defendida em 2011.

<sup>2</sup> Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

A seca de 1877-1879 é tida como um marco na historiografia que trata da problemática das estiagens no Brasil. Em geral, é observada pelos historiadores como um momento de mudança de perspectiva, tendo em conta sua presença nos debates das rodas da Corte Imperial, como um assunto de interesse nacional.

A visibilidade desse processo pôde ser analisada através dos jornais dos centros decisórios, como o Rio de Janeiro. Emissários desses periódicos eram enviados ao Ceará para coletar informações sobre o espinhoso período, como no caso do jornalista José do Patrocínio. Nesse cenário fora estabelecido um significativo envio de verbas em socorro aos milhares de retirantes que lotavam algumas das cidades, principalmente Fortaleza, pesando politicamente para as elites decadentes, que passaram manobrar ante o cenário caótico. Foram organizadas comissões de socorros públicos, que distribuíam alimentos e encaminhavam os retirantes para a labuta, meio de combater supostamente o ócio, visto como danoso e vicioso.

No que se refere a questão das migrações, milhares de pessoas tiveram passagens subsidiadas<sup>3</sup> para deixarem a província, a grande maioria dirigida ao Pará e Amazonas<sup>4</sup>, onde a época estava em curso o estabelecimento do primeiro surto da borracha. Essa ação foi responsável pelo deslocamento de migrantes em direção aos portos da floresta, onde os aguardava as tramas do sistema de aviamento, cuja força de trabalho era grandemente concentrada nos seringais. Levando em consideração esses aspectos, comparando-os com outras ocasiões de estiagem, parte desse quadro não pode ser lido como uma novidade no pavoroso ano de 1877.

Sem querer pontuar necessariamente outra data, mas sim apontar um problema, é possível localizar em outro período de seca, 1845-1846, componentes similares. Essa possibilidade aparece não só em relação a problemática das migrações. Na leitura de jornais da época, como o *Cearense*, podem ser encontradas várias outras referências sobre estratégias políticas direcionadas ao trato com os desvalidos. É notório que as migrações para Fortaleza (e para outras províncias), seja ou não em época de estiagem, são mais antigas do que o *marco* da

---

<sup>3</sup> Os vapores singravam a costa do Ceará rumo a bacia amazônica abarrotados de migrantes, a maioria auxiliados pelo Estado na travessia, que firmou parceria com as Companhias de Vapores na condução dos migrantes para outras províncias do Império. Segundo o Presidente da Província Caetano Estelita as Companhias de Vapores se “ofereceram” para o transporte dos trabalhadores em troca somente das “comedorias” que seriam disponibilizados pelo Estado. Esse quadro pode ser analisado através da *Falla* de 1877: “Cumpro um dever registrando com o mais vivo reconhecimento os oferecimentos feitos pelas companhias de paquetes – brasileira, maranhense e inglesa – para conduzirem os retirantes, que desejassem emigrar para fora da província, pagando sómente o governo as comedorias.” Relatório do Presidente de Província Estelita Cavalcanti Pessoa referente ao ano de 1877. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u218/000030.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

<sup>4</sup> As interpretações dessa estratégia política pelos historiadores têm classificado o período da seca como o responsável pela conformação do fluxo migratório entre o Ceará e as terras amazônicas, perspectiva criticada em CARDOSO, 2011.

seca de 1877-1879, tratada as vezes como momento inaugural das políticas de Estado no combate a seca.

Com esta argumentação, não intenta-se trocar *seis por meia-dúzia*, e afirmar que os eventos de 1845-1846 detém os *germens* das referidas políticas públicas, sendo necessário salientar que esse posicionamento teve sua genealogia construída desde longa data, dialogando com o processo no qual os sujeitos históricos envolvidos tiveram que enfrentar o desafio de migrar, e necessariamente invadir e interferir no espaço do *outro*. Contudo, é salutar lembrar que em 1845-1846 houve também organização pública de socorros, contratação de turmas de trabalhadores para executarem obras diversas, assim como o planejamento da construção de açudes no interior da província.

#### IMPÉRIO – Aviso de 18 de setembro de 1846

Mando formar turmas de trabalhadores para se empregar em abertura de estradas, de quaesquer outras obras públicas geraes de que a província tenha mais necessidade, e mui principalmente na construcção de assudes.

Illmo. e Exmo. Sr. – Sendo presente sua Magestade o Imperador, que em consequência da terrível secca, por q' tem passado essa provincia, se achão agglomerados na capital, e em outras povoações d'ella muitos habitantes do campo, sem meio algum de subsistencia, por falta de trabalho, em que possão proveitosamente empregar-se, e convindo prevenir os perniciosos effeitos de contrahirem taes individuos o habito de viver em perfeita occiosidade, à custa dos soccorros publicos , que até aqui lhes tem sido ministrados. (...) Para dirigir essas obras se sollicita n'esta data do Ministério da Guerra a nomeação d'um official d'Engenheiros (...) o encarregue V.Exc de organizar, e remetter com toda urgencia a esta Secretaria d'Estado dos Negocios do Império a planta e orçamento (das obras – grifo meu) que correrem pela Repartição a meu cargo.<sup>5</sup>

É perceptível que havia políticas pensadas no sentido de enfrentar o período de seca, importando lembrar que essas ações não eram idealizadas somente em nível provincial, tendo em vista que as orientações vinham diretamente da Corte. O Império conhecia as demandas da estiagem, como a aglomeração de pessoas em Fortaleza, não sendo possível, portanto, que seus desdobramentos tenham alcançado somente amplitude local. Vislumbra-se, inclusive, a preocupação com medidas consideradas preventivas, como a construção de açudes, índice dos debates que vinham sendo empreendidos no âmbito decisório sobre a periodicidade das secas,

<sup>5</sup> Biblioteca Pública Menezes Pimentel (Fortaleza), *Cearense*, 08 de novembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

entendidas como eventos que iriam, hora ou outra, se repetir. Ainda é possível visualizar uma preocupação com a presença e movimentação de migrantes, objetivando segurá-los no campo, ou, na impossibilidade desse efeito, ocupá-los nas frentes de trabalho almejando evitar os *perniciosos efeitos do ócio*, grandemente ameaçador aos projetos políticos locais.

Tendo em conta a análise da fonte, muitas das ações empreendidas no âmbito de 1877-1879 já tinham sido realizadas anteriormente, e certamente essas experiências deram base para as diversas estratégias aplicadas no período. No entanto, especificamente no que se refere às migrações interprovinciais, não é possível visualizar em 1845-1846 uma política dirigida abertamente pelo Estado no fito de enviar pessoas para outros locais do Império, nem mesmo os formatos de um *boom* gumífero, que demandasse imensa quantidade de trabalhadores. Apesar disso, é importante não deixar de perceber que essas movimentações existiam, inclusive, com algum auxílio oficial. Essa referência pode ser alentada através da leitura do jornal *Cearense*, que debateu amplamente sobre a referida estiagem, não deixando de fazer alusão ao tema das migrações. Foi nesse sentido que o periódico organizou entre suas colunas uma menção honrosa dirigida a Antônio Carlos de Asevêdo Coitinho, que auxiliou na travessia de migrantes para fora da Província.

Os serviços que o mui digno primeiro tenente da nossa armada o sr. Antônio Carlos de Asevêdo Coitinho tem prestado a nossa infeliz província, durante o terrível flagelo da secca, que a tem assolado, não podem deixar de ser comemorados em testemunho de nossa gratidão. (...) Quando gemíamos com o peso da mais terrível das seccas por que temos passado; quando o *povo fora de si só pensava achar salvação fora da província*, por duas vezes o sr. Coitinho offereceu as suas embarcações gratuitamente ao governo provincial, e nellas emigrarão para o Maranhão centenas de nossos comprovincianos.<sup>6</sup>

A estiagem foi a primeira registrada nas páginas do *Cearense*, que em meio ao clima de caos instalado na cidade, elogiava a atitude considerada humanitária de Antônio Carlos Asevêdo Coitinho, homenageado na folha pelos serviços prestados em prol dos desvalidos. O tenente da armada era proprietário de algumas embarcações que foram disponibilizadas ao Estado, que articulou como medida de socorro o encaminhamento dos migrantes ao Maranhão. Ao referir-se ao povo como “fora de si”, o jornal classificava-o como desnorteado, como se essas pessoas não estivessem minimamente ajuizadas de seus intentos, desvairadas, sem rumo. A possibilidade de migrar era classificada como um artifício do desespero, o último recurso que as forças públicas recorriam, expatriando os sertanejos.

Entretanto, em meio a essas deduções, analisando com mais vagar a fonte, é possível perceber que a ação de Antônio Carlos Asevêdo Coitinho aliada aos poderes provinciais, não

<sup>6</sup> BPMP, *Cearense*, 06 de dezembro de 1846, setor de microfilmagem, números 01-209, rolo 94A.

foram as únicas responsáveis no episódio da migração. Quando atenta-se com mais acuidade ao conteúdo do documento é interessante notar que o “povo fora de si só pensava achar salvação fora da província”. Em outras palavras, certamente essas pessoas não foram simplesmente *tangidas* pelo Estado ou pela seca, pois afirmaram um posicionamento diante do problema, buscando alternativas de sobrevivência fora da província.

Nesses termos pode-se analisar através do jornal uma brecha que possibilita enxergar as intenções dessas pessoas classificados como *fora de si*. A migração estava posicionada no campo de possibilidades desses homens e mulheres, que muito provavelmente detinham informações sobre o local de destino. Mesmo sem ter a materialidade de seus reclamos, nem suas próprias palavras impressas nas páginas do periódico, não é possível desconsiderar a participação dos próprios migrantes na eleição de seus caminhos, que podem ser lidos nas fontes esgueirados nos testemunhos de terceiros.

Seguindo essa mesma orientação metodológica, mas fazendo referência ao período da seca 1877-1879, é visível que esse tipo de posicionamento dos migrantes persistia. Um número muito maior de pessoas recorreu ao pedido de passagens para fora da província, um indicativo de que continuava havendo a idéia da alternativa de sobrevivência em outras terras, dessa vez grandemente relacionada ao território amazônico. Tanto que, ao contrário de 1845-1846, a política de subsídio de passagens era uma das principais ações do governo provincial já nos primeiros indícios da estiagem em 1877, tendo em vista a grande demanda por parte dos próprios retirantes, que ansiavam migrar.

A emigração está ahi a provar à toda luz que o governo abandonou este infeliz povo, justamente quando devia ampará-lo.

É pungente a scena que testemunhamos a bordo de todos os vapores que seguem para o Norte. Centenas d'essas vítimas vão procurar nas margens pantanosas do Amazonas os recursos que o torrão natal ingrato os nega!<sup>7</sup>

O jornal *Retirante*, de onde foi extraído o trecho acima, colocava-se diante da sociedade como defensor dos interesses dos desvalidos, não deixando de registrar o trânsito dos vapores que seguiam para o Norte, cheio de migrantes. Como o título do periódico por si só denota, o jornal discutia sobre os problemas enfrentados na seca iniciada em 1877 num tom de fiscalização das políticas públicas presentes na Província do Ceará naqueles tempos de enfrentamento da estiagem. Críticas ácidas eram feitas ao governo do Presidente Caetano Estelita, e também a corrupção em meio as ações do Estado, principalmente no que tange a

---

<sup>7</sup> BPMP, *Retirante*, Domingo, 29 de Julho de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contém numeração.

figura dos *Comissários*, que eram responsáveis por organizar a distribuição dos *socorros*. Muitas notícias foram publicadas sobre a situação calamitosa do interior, principalmente das cidades, dando especial atenção a vinda dos retirantes rumo a capital.

A subsídio das passagens era classificada como uma *política de abandono* por parte da província, que no entender da folha preferia expatriar os retirantes em vez de tentar segurá-los na terra, elaborando medidas de socorro para ajudá-los na luta pela sobrevivência. Uma das intenções do periódico, portanto, era alertar para os possíveis perigos da travessia, sempre referindo-se ao território amazônico como local de grandes perigos, destino inglório para os já tão debilitados sertanejos. A decisão de migrar era tida como ingênua, sintonizada com o desespero que deixava as pessoas *fora de si*, referência semelhante à já mencionada opinião do jornal Cearense em momentos anteriores. Mas, mesmo diante do alerta da imprensa, o movimento migratório rumo à floresta só crescia, dia após dia saiam de Fortaleza vapores abarrotados.

**Emigração:** No dia 25 do corrente seguiram para o norte, a bordo do vapor inglês *Bernard*, 169 emigrantes, que vão em busca de trabalho para manter sua subsistência.<sup>8</sup>

[...]

**Emigração:** No vapor *Pará* seguiram no dia 19 para o norte 203 emigrados e ontem no vapor inglês *Cearense* 126, ao todo 329, entre homens, mulheres e crianças!!! Infelizes escravos! Lamentamos vossa sorte!<sup>9</sup>

[...]

**Emigração:** A bordo do vapor *Pernambuco* seguiram em busca de trabalho 121 migrantes! Já se eleva à 1,139 o número desses infelizes!<sup>10</sup>

Ao analisar esses dados pode-se perceber que houve no decorrer da seca de 1877-1879 um significativo acréscimo das migrações para fora da Província do Ceará. Esse aumento se deve a sedimentação de um *fluxo*, que já vinha ocorrendo, e que na ocasião da referida estiagem tinha no território amazônico o principal destino, local largamente publicizado na segunda metade do século XIX como atrativo e opulento. As migrações interprovinciais de 1877 não eram uma novidade para os poderes públicos no Ceará, e menos ainda para os próprios

<sup>8</sup> BPMP, *Retirante*, Domingo, 29 de julho de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contem numeração.

<sup>9</sup> BPMP, *Retirante*, Domingo, 26 de agosto de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contem numeração.

<sup>10</sup> BPMP, *Retirante*, Domingo, 16 de setembro de 1877, setor de periódicos/microfilmagem, rolo 036a, não contem numeração.

migrantes, que guardavam conhecimento das possibilidades de sua empreitada para longe da terra natal, engrossando as filas dos que almejavam passagens para o Norte<sup>11</sup>.

Assim, é importante apontar o caráter limitado de interpretações que enxergam como razão das migrações de cearenses para o território amazônico somente as causas e consequências relacionadas às secas, ligadas ao fatalismo da fome e do orquestramento estatal da travessia, ou ainda dos formatos aventureiros em nome do apetite de seringa. Isto, não no sentido de desconsiderar totalmente esses fatores, mas com o objetivo de enxergar outros vieses. Contemplando esta argumentação, aponta-se a escrita de Franciane Gama Lacerda como referência, onde a historiadora afirma que:

A história desses grupos passa a ser compreendida dentro de um processo mais complexo, que implica investigar os conflitos, as redes de solidariedade, os elementos constitutivos da identidade do grupo, os sentidos atribuídos a família, as relações de trabalho, ao cotidiano. (LACERDA, 2006:03).

Critica-se, portanto, as deduções que comumente associam seca-migração via Estado, ou ainda, que superdimensionam os fatores de ordem econômica (como os presentes no surto da borracha), pois estes tendem a menosprezar as ações dos diretamente envolvidos nas travessias, os próprios migrantes, que são pensados como *vítimas*, anestesiados pelos problemas, guiados supostamente por *forças superiores*. As secas e o Estado tomariam as rédeas do processo histórico, transformados nos únicos agentes, que com poderes incalculáveis anulariam completamente a capacidade de ação dos sujeitos.

É importante salientar que praticamente inexistente do ponto de vista historiográfico uma discussão que trate das migrações de trabalhadores pobres livres no que hoje chamamos de Nordeste em âmbito não caracterizado por estiagens, como se nos períodos de chuvas regulares não houvesse problemáticas que pudessem desencadear a possibilidade do deslocamento, sendo ainda marcante a presença do ideário ligado uma espécie de *programação* das travessias. Em outras palavras, ao criticar a dedução que caracteriza os migrantes como *vítimas*, existe o indicativo de posicioná-los como sujeitos da História, dando atenção às suas ações no bojo do processo. Entende-se que os migrantes não tiveram que cumprir uma *sina* predestinada por fatores externos a sua vontade, e nem seus caminhos foram feitos ao *acaso*, sem nenhuma reflexão sobre as possibilidades da travessia. Refuta-se o posicionamento que articula seus argumentos através da anulação das ações humanas nos processos históricos, que consideram os

---

<sup>11</sup> A trajetória do migrante cearense João Gabriel de Carvalho e Mello pode servir de exemplo nesse sentido. Após se sedimentar no Amazonas como dono de feitoria extrativista passou a arregimentar patrícios para trabalhar em território amazônico. A maioria de suas incursões ocorreram antes do período da seca de 1877-1879 e sem apoio ou subsídio da Província do Ceará. Ver. (CARDOSO, 2011)

sujeitos impotentes diante de imperativos estruturais, lidos através de cânones teóricos que superdimensionam os poderes de ordem econômica e política.

Em apreciação afiada a tais tipos de análise, Edward Thompson empreende crítica ao que o autor nomeia de miséria da teoria, tendo como base uma leitura do trabalho de Louis Althusser, um dos representantes do pensamento marxista ancorados em exames teórico/estruturais da realidade. Thompson alerta para a importância da leitura do *processo* histórico não como algo necessariamente planejado, mesmo sabendo que a “mente tem dificuldades em resistir a conclusão de que a história deve (...) ser programada de alguma maneira” (THOMPSON, 1981:102). A convergência de cenários e ocasiões impeliria à idéia de uma programação (alheia a idéia de processo), com causas e conseqüências justificadoras e, portanto, atraente pela sua linearidade e coesão. Como se fosse atribuído a cada sujeito uma grande missão, um dever, uma sina, em seu lugar e tempo específicos.

Entender a história como processo, portanto, não implica em defini-la a partir de um cânone teórico, apontando para um programa, um fim, como um procedimento alheio a vontade humana, mas sim como processo que inclui suas ações, visualizando suas sincronias e diacronias, formulando questões ao campo teórico, como um *problema*. “O conceito de história como processo suscita imediatamente as questões de inteligibilidade e intenção. Cada evento histórico é único. Mas muitos acontecimentos, amplamente separados no tempo e espaço (...) revelam regularidades de processo.” (THOMPSON, 1981:97). As simetrias entre os eventos históricos que permitem interligá-los, promovendo o entendimento dos seus movimentos e seus desdobramentos, não apontam necessariamente para um *vir a ser*, para um formula de *futuro* que corresponderia as tendências do processo lidas na análise da história. Isto justamente porque o que está em jogo são as ações humanas interferindo no processo, e tais obras não são susceptíveis a juízos que as reduzam a programas, ou atando-as a camisas de força teóricas.

Entra em jogo, nesse sentido, o que Thompson destaca enquanto o “termo ausente”, a *experiência*, que não é contemplada nas *programações*, pois a análise de tais aspectos orbita o nível do rotineiro, do vulgar. As manifestações da experiência têm estreita relação com o entendimento da história como processo, pois ressalta-se a agência humana em perspectiva, ou seja, em suas interligações entre as gerações, guardadas, em grande medida, nas seleções da memória, que permitem uma interlocução com o passado lido no presente, dividido entre rupturas e permanências.

O trato com a vida e seus problemas proporciona a articulação dos costumes, consagrados na esfera das experiências comuns, que tangenciam as diversas formas de conviver e enfrentar as dificuldades. Portanto, a experiência não é uma atitude em si, mas o processo de constituição das atitudes, num constante compartilhamento, comunicação. Sua elaboração é delineada pelo processo, que serve como fio condutor que interliga muito do que foi *vivido* e o que está sendo vivenciado.

E quanto a experiência fomos levados a reexaminar todos os sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que em sua totalidade, compreende a genética de todo o processo histórico, sistemas que reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria sua pressão sobre o conjunto.(THOMPSON, 1981:189)

As experiências por si mesmas têm um significado confuso, pois fora de um universo maior de atribuição de sentidos é difícil interpretá-las. Nem como sina, nem como acaso, as ações embebidas nas experiências, devem ser situadas em seus respectivos contextos. Foge-se, assim, dos determinismos, contudo sem se distanciar da perspectiva das determinações existente dentro das dinâmicas históricas. É importante diferenciar essas duas perspectivas, que comungam da mesma raiz de palavra, mas que apresentam significados bem distintos.

Raymond Williams auxilia no discernimento dessas idéias, quando alerta para a confusão existente na utilização e entendimento das derivações dessas palavras. O autor orienta que o significado das determinações deve ser analisado através da ação dos sujeitos inserida em *campos de possibilidades*, onde existem limites e pressões, ou seja, *determinações*, estabelecidas pelas dimensões sociais, que tanto influenciam como são influenciadas pelas experiências e vivências das pessoas. Essa dedução é bem diferente da noção que comunga com o significado dos *determinismos*, pensados como espécies de leis da sociedade (ditadas pela economia, intempéries climáticas, etc) nas quais não haveria espaço para burla, esgotando as práticas sociais, que seguiriam receitas sumariamente pensadas e impostas.

Esse tipo de determinação – um processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões – está na própria totalidade do processo social, e em nenhum outro lugar: não num “modo de produção” abstrato, nem numa “psicologia” abstrata. Qualquer abstração do determinismo, baseado no isolamento das categorias autônomas, que são consideradas como *controladoras*, ou que podem ser usadas para a previsão, é então mistificadora de determinismos específicos e sempre correlatos que constituem o processo social real – uma experiência histórica ativa e consciente, bem como, por omissão, passiva e objetificada. (WILLIAMS, 1977:91-92)

Trocando em miúdos, Williams critica a noção de determinação como *imposição*, não pregando a extinção de sua utilização, mas destacando outro significado, este carregado da idéia do *limite*, que não minaria as ações dos sujeitos, e sim impeliria pressões em sua trajetória,

posto que, afinal, as próprias pessoas também seriam componentes na elaboração das ditas determinações.

É nesse sentido que devem ser considerados os fatores referentes ao contexto no qual os migrantes estavam inseridos, onde havia limites, que conformavam seus campos de possibilidade, no qual estavam situados os deslocamentos rumo ao território amazônico. Nunca é demais salientar que ao optar pelos “migrantes” como chave de análise não pode-se perder de vista o contexto no qual tais sujeitos estavam inseridos, caso contrário, incorre-se no risco de delegá-los uma espécie de gerência das travessias (um erro com sinal trocado), em prejuízo dos vários fatores que estavam também envolvidos.

Dessa maneira, não é possível perder de vista a argumentação de Victor Leonardi relacionada aos cuidados com a abordagem de processos históricos que contemplem “os vencidos”, pois aí mora o perigo justamente no fato de privilegiar, de jogar a rédeas do processo somente nas mãos dos “de baixo”. Leonardi ainda destaca que a História é recheada de ambiguidades, posto que, ao contrário seria “como se a história dos vencidos não tivesse contradições”, que devem ser devidamente analisadas, dialogando com os outros fatores em sua pluralidade. (LEONARDI, 1999:85)

É preciso ponderar que para além das ações dos poderes públicos, problemática das secas e das demandas do látex (que não devem ser obliterados, e sim conjugados aos demais fatores, pensados simultaneamente) existiam outras dimensões do processo, gestadas principalmente no âmbito das relações de parentesco, vínculos de solidariedade, informações compartilhadas entre vizinhos e conhecidos, que devem ser igualmente levadas em consideração.

Nessa perspectiva é que podem ser inseridas as ações dos Paroaras, como João Gabriel de Carvalho e Mello que tinham no vínculo com suas comunidades de origem a chave do sucesso de sua empreitada de arregimentação de migrantes, engajados através do seu *exemplo*<sup>12</sup>. Esse é um dos caminhos que explicam por uma via alternativa a densidade do fluxo de pessoas entre o Ceará e o território amazônico, sem incorrer no erro de imaginar que essa tenha sido a via mais importante, ou mesmo a única possível. Seria ingênuo afirmar um *mote principal*, levando em conta que certamente houve múltiplos caminhos, vários vetores diferentes que alentaram a possibilidade da migração, até porque não foram somente as turmas que acompanharam os Paroaras que conformaram as travessias. Portanto, é imperioso abrir caminho para estudos dessas novas dimensões das migrações, que não se anulam, complementando-se mutuamente, entendidas em sua pluralidade, evitando empobrecedoras explicações monocausais.

Outro ponto importante a destacar trata do *constituir-se* do fluxo migratório enquanto um trabalho compartilhado também pelos próprios sujeitos, deixando entrever a ação das pessoas

---

<sup>12</sup> “Paroara” era uma expressão de época utilizada para denominar migrantes retornados que buscavam arregimentar trabalhadores em suas terras natais para a labuta na Amazônia, em especial para os seringais dos altos rios. Rodolpho Theóphilo tratou da questão na literatura em sua obra “O Paroara” de 1899.

diante dos campos de possibilidades das movimentações, em suas leituras e expectativas sobre a alternativa da migração e seu destino. Nesse sentido, entram em evidência as representações do mundo amazônico, que devem ser lidas historicamente, no intuito de ter uma idéia das composições de imagens que ajudaram a atrair pessoas (ou mesmo repelir), e que fizeram parte do arsenal de perspectivas dos migrantes, que ao interpretarem o apelo atrativo também intervinham na conformação de seus formatos.

Deve ser levado em conta o papel das travessias não só na dimensão do deslocamento em si, mas também nas intervenções dos sujeitos sobre e nos locais de destino, ajudando a atribuir novos elementos a territorialidade. O estudo dessa relação entre as migrações e recodificações do território amazônico é cara a um entendimento mais profundo das ações dos que se deslocaram, extrapolando a dimensão do fluxo, com vista a analisar os impactos e recodificações construídos socialmente na nova terra.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Joaquim. *História das Secas (século XVII a XIX)*. Fortaleza: Edições do Instituto do Ceará. V. 1, nº 23, 1953.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. *Nem sina, Nem Acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de mestrado em História Social. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.
- CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Rio Branco: Fundação Cultural do estado do Acre, 1998.
- FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. *Avalanches de flagelados no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas*. Fortaleza, DNOCS/BNB-ETENE, 2010.
- LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 editores, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15 editores; Editora Universidade de Brasília, 1999.
- NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A lei de terras e a lei da vida: Transformações do mundo rural no Ceará do século XIX*. In: *Estudos de História*. Franca: v.8, n.2, 2001.
- NUNES, Francivaldo Alves. *A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides. (Pará, 1870-1889)*. Belém: dissertação de mestrado – UFPA, 2008
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia. 1800- 1920*. São Paulo: Queiroz, 1980.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. Prefácio de Pierre Bourdieu; tradução Cristina Muracho – São Paulo: EDUSP, 1998.
- THEÓPHILO, Rodolpho. *O Paroara (1899)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção social, 1974.
- \_\_\_\_\_. *História da seca no Ceará: 1877-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

\_\_\_\_\_.; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

\_\_\_\_\_. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

\_\_\_\_\_. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.